

CADERNO DE DELIBERAÇÕES DO

14^o CON SEN GE

CONGRESSO
NACIONAL DE
SINDICATOS DE
ENGENHEIROS

A ENGENHARIA E A DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL

REALIZAÇÃO



APOIO



PATROCÍNIO



CADERNO DE DELIBERAÇÕES



A ENGENHARIA E A DEFESA
DA SOBERANIA NACIONAL

EXPEDIENTE

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE)

Avenida Rio Branco, 277, sala 1703
Cinelândia, Rio de Janeiro

WhatsApp: (21) 97627-3645

www.fisenge.org.br

fisenge@fisenge.org.br

Instagram: @fisengefederacao

TikTok: @fisenge

YouTube: @canalfisenge

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/fisenge>

Ouçã o **Engecast**, Podcast da Engenharia no Spotify: **@Engecast**

Comissão Organizadora do 14º Consenge

Roberto Freire (Presidente da Fisenge);

Carlos Roberto Bittencourt (Diretor Financeiro da Fisenge);

Clovis Nascimento (Secretário-Geral da Fisenge e presidente do
Senge-RJ, que sediou o Consenge anterior);

Maria Helena Barbosa (Diretora da Fisenge e do Senge-MG);

Murilo Valadares (Presidente do Senge-MG); e

Elder Reis (Titular do Conselho Fiscal da Fisenge e Diretor do Senge-MG).

Apoio técnico: Dieese (Paulo Jager)

Coordenação editorial e revisão: Camila Marins

Estagiária: Mariana Herédia

Secretaria: Gilcimara Valle e Domenica Soares

OUÇA O

ENGE^{..} CAST

Podcast de Engenharia

SPOTIFY

@EngeCast

YOUTUBE

www.youtube.com/canalfsenge

DOCUMENTÁRIO SOBRE

**OS 60 ANOS DO SALÁRIO MÍNIMO
PROFISSIONAL DA ENGENHARIA, DA
AGRONOMIA E DAS GEOCIÊNCIAS**

Assista no YouTube:
www.youtube.com.br/canalfisenge



DIRETORIA EXECUTIVA DA FISENGE

TRIÊNIO 2026-2029

PRESIDENTE

MARCOS TULIO DE MELO

Engenheiro Civil

Senge-MG

DIRETOR EXECUTIVO

ROBERTO FREIRE

Engenheiro Eletricista

Senge-PE

VICE-PRESIDENTE

ELAINE SANTANA

Engenheira Civil

Senge-SE

DIRETORIA EXECUTIVA SUPLENTE

SECRETÁRIO-GERAL

SAYMON ZEFERINO

Engenheiro Agrônomo

Seagro-SC

CLOVIS NASCIMENTO

Engenheiro Civil

Senge-RJ

DIRETOR FINANCEIRO

**CARLOS ROBERTO
BITTENCOURT**

Engenheiro Agrônomo

Senge-PR

GISLAINE BUSSOLO

Engenheira Química

Senge-PR

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO

ILDEFONSO MADRUGA

Engenheiro Eletricista

Senge-RO

MARIA HELENA BARBOSA

Engenheira Eletricista

Senge-MG

SEBASTIAO ARRUDA

Engenheiro Agrônomo

SEA-RN

DIRETORA DA MULHER

SIMONE BAÍA

Engenheira Química

Senge-VR

DANIELLE DANIELEWSKI

Engenheira Agrônoma

Seagro-SC

DIRETOR DE NEGOCIAÇÃO

COLETIVA

FELIPE ARAUJO

Engenheiro Civil

Senge-RJ

FERNANDO MITERHOF

Engenheiro Eletricista

Senge-VR

ROBSTAINE ALVES

Engenheiro Eletricista

Senge-PE

CONSELHO FISCAL TITULARES

SAMIR JORGE

Engenheiro Civil

Senge-PR

LUIZ COSENZA

Engenheiro Eletricista

Senge-RJ

LUCIA VILARINHO

Engenheira Civil

Senge-ES

SUPLENTES

ELDER REIS

Engenheiro Metalurgista

Senge-MG

ROBSON COSTA

Engenheiro Agrônomo

Seagro-SC

JOAO PINTO FONTES

Engenheiro Eletricista

Senge-SE



A ENGENHARIA E A DEFESA
DA SOBERANIA NACIONAL

26 a 29 de agosto de 2026
Belo Horizonte, Minas Gerais

14º CONGRESSO NACIONAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

O Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (CONSEN-GE) tem o objetivo de definir, para o próximo triênio, as diretrizes da Fisenge e dos sindicatos filiados nos campos sindical e profissional, nas áreas de política tecnológica, geociências, agrônômica e de fomento à ciência e à pesquisa e o ensino da engenharia e, também, fortalecer a Fisenge e os sindicatos para a intervenção no debate de temas nacionais, em defesa da Engenharia, da Democracia e da Soberania Nacional.

CARTA DE MINAS GERAIS

Com o tema “A Engenharia e a Defesa da Soberania Nacional”, o 14º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge) é um espaço de debates e produção de pensamento, políticas e propostas para a Engenharia, a Agronomia, as Geociências e a construção de um projeto de nação. Em 2026, retornamos a Belo Horizonte, onde realizamos o 1º Congresso, em 1991, que elegeu como coordenador o nosso companheiro, saudoso e imprescindível, Luiz Carlos Soares. De 1991 a 2026, 35 anos depois, revisitamos a nossa história.

O Brasil e a Engenharia Nacional vivem um processo de reconstrução do país após os ataques da Operação Lava Jato e o desmonte do Estado com os desgovernos de 2016 a 2022. Foram centenas de obras paralisadas, desemprego nas nossas profissões, redução da política de conteúdo local, privatizações e desnacionalização da economia. 2026 é um ano eleitoral, uma oportunidade que exige o nosso posicionamento com a apresentação de uma estratégia de longo prazo para reconstruir a soberania nacional, consolidar a democracia, reduzir as desigualdades e inserir o Brasil e a Engenharia na economia global.

Atualmente, o sistema financeiro, voltado à acumulação sem limites, impõe imensas barreiras à implementação de um projeto de desenvolvimento do país. Juros elevados e menor investimento produtivo levam à desindustrialização e à estagnação da economia. Defendemos o fortalecimento dos bancos públicos, para assegurar crédito de longo prazo e a custos mais baixos, de forma

articulada à política industrial e de infraestrutura. É preciso impulsionar e ampliar iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Nova Indústria Brasil.

Mas é preciso ir além, e garantir a retomada da expansão da malha ferroviária nacional, priorizando o transporte de cargas e passageiros, a integração entre regiões e a redução da dependência do modal rodoviário. Outro elemento central é a defesa do saneamento público e do setor elétrico, afirmando a água e a energia como direitos, e não como mercadorias. Postulamos a reestatização da Eletrobrás e o resgate do Cepel da alçada dessa empresa e sua colocação como peça essencial para a transição energética.

A acelerada transformação tecnológica exige um debate ético e político de nossas profissões. No campo ético, é preciso estabelecer um código para o uso da inteligência artificial no que tange à necessária declaração de sua aplicação em cada etapa nos projetos que envolvem a Engenharia, a Agronomia e as Geociências. No campo político, defendemos a regulação social e econômica da inteligência artificial e das plataformas digitais e o investimento em infraestrutura tecnológica brasileira, afirmando a nossa soberania digital. No campo do trabalho, é urgente uma regulamentação que garanta a saúde e a proteção social dos(das) profissionais e as negociações coletivas, que são ferramentas fundamentais para a implementação de cláusulas como o direito à desconexão.

Defendemos, ainda, a aprovação de uma nova política sindical que promova o financiamento e o fortalecimento dos sindicatos, o retorno urgente da ultratividade e assegure que a oposição à contribuição negocial só seja admitida em assembleia.

Em relação aos direitos trabalhistas, defendemos o fim urgente da escala 6x1 como parte da construção de um novo modelo de organização do trabalho, que devolva tempo de vida à classe tra-

balhadora e amplie as possibilidades de acesso ao lazer, à cultura, à educação e à divisão justa do trabalho de cuidado.

Globalmente, enfrentamos uma emergência climática. A tecnologia precisa ser instrumento de preservação das nossas florestas, mares, rios, fauna e flora e, principalmente, dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e tradicionais. A Engenharia, a Agronomia e as Geociências devem ser meios de transmissão dos saberes populares, propondo e fortalecendo soluções como a agroecologia e agricultura familiar que enfrentem o extrativismo, o racismo ambiental e tantas devastações. Respirar um ar limpo é direito e premissa para uma sociedade de bem-viver.

A exploração de terras raras exige o fortalecimento do Estado brasileiro para que o país não repita a lógica neoliberal de se tornar mero exportador de recursos naturais estratégicos, mas desenvolva tecnologia e construa uma cadeia produtiva soberana, diante do compromisso inegociável com a preservação ambiental e os povos originários, quilombolas e ribeirinhos.

A defesa da soberania e da democracia exige o compromisso com a vida de todas as mulheres e pelo fim do feminicídio. Reafirmamos o nosso compromisso com o Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio do governo federal.

Reivindicamos a inclusão dos profissionais da Engenharia, Agronomia e das Geociências nas instâncias de decisão, planejamento e formulação de políticas públicas nos governos federal, estadual e municipal.

É premente a aplicação da Resolução 07/2018 do Conselho Nacional de Educação que determina que, pelo menos, 10% da carga horária total dos cursos de graduação sejam dedicados às atividades

de extensão e que promovam a aproximação dos estudantes com a realidade das populações mais vulneráveis, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Reivindicamos, ainda, o fim do ensino a distância nos cursos de graduação na Engenharia, na Agronomia e nas Geociências e a aplicação de critérios rigorosos para a autorização e abertura de novos cursos, assegurando uma formação profissional de qualidade.

Diante desses desafios, o 14º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (CONSENGE), realizado em Belo Horizonte, entre os dias 26 e 29 de agosto de 2026, propõe um pacto social que organize uma coalizão capaz de sustentar um projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo ambientalmente sustentável, inclusivo e soberano.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2026

14º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros
(CONSENGE)

TEMÁRIO

TEMA CENTRAL

“A Engenharia e a Defesa da Soberania Nacional”

TEMA 1

Organização Sindical

Subtema 1.1

Fortalecimento Sindical e
Valorização da Negociação Coletiva

Subtema 1.2

Valorização Profissional

TEMA 2

Políticas Públicas

Subtema 2.1

Emergência Climática e Segurança Alimentar

Subtema 2.2

Desenvolvimento e Soberania

TEMA 1

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

SUBTEMA 1.1

FORTALECIMENTO SINDICAL E VALORIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

1. Propor ao Governo Federal a retomada da discussão, em conjunto com os sindicatos, da nova Política Sindical Brasileira, com base no texto enviado pelo primeiro Governo Lula (2003);
2. Lutar por mudança da legislação e/ou decisão do Poder Judiciário que assegure o financiamento sindical com base na contribuição negocial, definida em assembleia, sem direito de oposição individual;
3. Estimular a sindicalização e a participação de recém-formados e dos profissionais nas atividades sindicais;
4. Promover a integração entre os sindicatos visando ao compartilhamento de boas práticas e ao fortalecimento da atuação institucional em âmbito nacional;
5. Fazer articulação parlamentar para obter apoio para recuperação e avanços de direitos trabalhistas tais como o fim da “Pejotização”, o retorno da ultratividade, o acesso de servi-

dores públicos ao Salário Mínimo Profissional e o direito de representação sindical, com a respectiva valorização do exercício profissional nas várias áreas da Engenharia;

6. Promover a construção de uma Política Nacional de Negociação Coletiva para a categoria, estimulando a celebração de convenções e acordos coletivos que assegurem condições dignas de trabalho, remuneração compatível com a legislação profissional e valorização dos Engenheiros;
7. Construir, por meio da FISENGE, o Comando Nacional (ou setorial ou regional) como uma modalidade de agregação para fins de negociação coletiva, assegurando maior autonomia para a formação dos comandos existentes, formalizando a coordenação das entidades envolvidas e os processos de aprovação de pautas, acordos e convenções coletivas com as entidades horizontais e verticais envolvidas, em uma mesma categoria ou em categorias conexas, nos setores e/ou conjunto de atividades em que atuam os sindicatos da base da Federação;
8. Desenvolver ações permanentes voltadas ao fortalecimento das entidades sindicais filiadas, incentivando a celebração e a renovação de acordos e convenções coletivas de trabalho, nos diversos setores produtivos e apoiando a capacitação de dirigentes sindicais em temas relacionados à negociação, mediação de conflitos, legislação trabalhista, relações de trabalho, saúde e segurança do trabalho;
9. Atuar institucionalmente para ampliar o alcance e a efetividade das negociações coletivas, assegurando melhores condições de trabalho, remuneração digna e valorização profissional;
10. Lutar para que a negociação sindical garanta a aplicação e a correção do Salário Mínimo Profissional; garantia do acervo

técnico comprobatório de experiência profissional, com atenção especial para as empresas que estão sendo privatizadas; descrição de cargos com a denominação e especificidades das funções requeridas (“ENGENHEIRO SIM, ANALISTA NÃO”) e atenção permanente sobre a saúde física, emocional e mental;

11. Buscar abrir espaço nas mesas de negociações junto aos sindicatos majoritários por meio de articulações com as Centrais Sindicais e Federações;
12. Desenvolver ações permanentes de aproximação com os profissionais, especialmente os jovens engenheiros e as engenheiras, fortalecendo a participação da categoria nas atividades sindicais;
13. Promover campanhas de conscientização sobre o papel dos sindicatos de engenheiros por meio da diversificação de meios, utilizando recursos financeiros e de comunicação de outras entidades parceiras;
14. Criar um painel de visibilidade da atuação sindical, interativo e centralizado no portal da FISENGE, que reúna e dê ampla visibilidade às negociações coletivas nacionais e regionais concluídas;
15. Criar um Programa Nacional de Interiorização da Atuação Sindical, em parceria com os sindicatos filiados, por meio da realização periódica de encontros regionais, palestras, visitas técnicas, ações itinerantes, capacitações, atendimentos sindicais descentralizados e aproximação com universidades, empresas, órgãos públicos e profissionais autônomos.

TEMA I

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

SUBTEMA I.2

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

1. Implementar um Plano Nacional de Acompanhamento Legislativo e atuação político-institucional, fortalecendo as entidades sindicais junto ao Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais em temas estratégicos para a Engenharia nacional, criando um grupo de apoio à FISENGE composto por engenheiros e parlamentares e estabelecendo parcerias para a assessoria parlamentar;
2. Criar um Grupo de Trabalho (GT) - liderado pelo Presidente da FISENGE e composto por, no máximo, cinco integrantes - para apresentar, em até 180 dias após o término do CONSENTEGE, uma proposta de legislação para o Sistema CONFEA/CREA/MÚTUA;
3. Articular junto ao Sistema CONFEA/CREA/MÚTUA propostas e iniciativas, tais como o Programa Mais Engenharia, o Mentoria 360, no Paraná ou o Crea Tech, em Santa Catarina, que resgatem e valorizem o papel das entidades de classe como estruturas fundamentais do Sistema;

4. Instituir uma agenda permanente de articulação entre as entidades sindicais e o Sistema CONFEA/CREA, com a realização de reuniões periódicas e ações integradas que fortaleçam a fiscalização das relações de trabalho, visando combater a precarização das condições do exercício profissional e o descumprimento do Salário Mínimo Profissional;
5. Dar continuidade e intensificar a campanha nacional “Engenheiro sim, Analista Não”, ampliando sua divulgação nas redes sociais, universidades, empresas e órgãos públicos; e fortalecendo as ações de fiscalização e as denúncias formais junto aos Conselhos Regionais (CREAS) e ao Ministério do Trabalho contra empresas e concursos públicos que exijam formação de engenharia que contratam engenheiros sob cargos genéricos para mascarar o desvio de função;
6. Fortalecer a mobilização nacional em defesa da universalização e da atualização do valor do Salário Mínimo Profissional, definindo um indexador permanente para sua correção, promovendo ações jurídicas, institucionais, políticas e pautando o tema de forma permanente em processos negociais para garantir sua efetiva aplicação tanto para celetistas quanto para servidores estatutários de modo a fortalecer a Engenharia Pública;
7. Recomendar, incentivar, demandar e cobrar a presença dos profissionais da Agronomia em todas as atividades relacionadas aos sistemas de produção, em especial para os agricultores familiares, garantindo atendimento no ano-safra agrícola por empresa privada ou pública, assegurando ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) pela mesma equipe, custeada pelo Governo Federal (resgate do SIBRATER);

8. Promover ampla mobilização política e institucional junto ao Banco Central, ao Banco do Brasil, à Caixa, ao BNDES e demais bancos federais para pleitear formalmente a alteração do Manual de Crédito Rural e demais normativos de concessão de financiamentos, de forma que todo projeto de Engenharia ou Agronomia vinculado a linhas de crédito exija, obrigatoriamente, a assinatura e a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
9. Articular com o Governo Federal, o Congresso Nacional e demais entidades parceiras a criação do Programa Nacional Mais Engenharia nos municípios (ex.: Convênio Itaipu/CREA-PR/UEPG), assegurando o suporte aos pequenos e médios municípios em projetos estratégicos com foco na melhoria do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e incentivo e respeito aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), para contratação de profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências para a elaboração de projetos estruturantes, captação de recursos e fiscalização de obras públicas, inclusive programas habitacionais (MCMV e Entidades); e encaminhar a proposta “Mais Engenharia no Brasil” à Conferência Nacional de Engenharia, a ser realizada em novembro de 2026, como proposta de política pública a ser implementada pelo Governo Federal;
10. Articular com a Fundacentro a realização de um Mapeamento Nacional do Teletrabalho na Engenharia, com a participação dos sindicatos filiados, com o objetivo de produzir dados sobre o impacto do teletrabalho na saúde, na jornada, nas condições de trabalho e nos direitos das engenheiras e dos engenheiros brasileiros, com recortes de gênero, raça, região e etapa de carreira;
11. Promover a valorização e a visibilidade das diferentes modalidades da Engenharia, Agronomia e Geociências, com ênfase

nas novas tecnologias, por meio da realização de seminários, publicações técnicas, campanhas institucionais e outras ações de difusão do conhecimento;

12. Desenvolver uma articulação institucional visando ao fortalecimento da imagem do engenheiro diante da sociedade;
13. Lutar pela participação da Engenharia na formulação de políticas públicas, na elaboração de normas técnicas, no planejamento urbano, na infraestrutura e na inovação governamental;
14. Promover parcerias entre os Sindicatos de Engenheiros, o Sistema CONFEA/CREA/MÚTUA, entidades de classe, empresas públicas e privadas, instituições de ensino e centros de pesquisa, com a finalidade de aproximar os estudantes das Engenharias, da Agronomia e das Geociências às entidades representativas da categoria; incentivando a realização de estágios, programas de mentoria e visitas técnicas; promovendo palestras, seminários e cursos de capacitação; estimulando a inserção dos futuros profissionais no mercado de trabalho; fomentando a inclusão de conteúdos relacionados à ética profissional, ao Sistema CONFEA/CREA/MÚTUA, ao exercício profissional e às atribuições legais nas matrizes curriculares; e incentivando a oferta de cursos, eventos e programas de desenvolvimento profissional voltados aos estudantes e recém-formados;
15. Demandar, em conjunto com o CONFEA, a realização de um Programa Nacional de Mentoria para jovens profissionais de Engenharia, Agronomia e Geociências, similar ao realizado no SENGE-PR, visando preencher lacunas de expertise geracional bem como reafirmar nossa capacidade de conduzir projetos estratégicos para o Brasil com Engenharia 100% nacional;

16. Incentivar a equidade social, regional, de gênero, étnica e racial, promovendo políticas e ações que reduzam as desigualdades e ampliem a inclusão dos profissionais em iniciativas governamentais e sociais;
17. Ampliar o apoio à organização das Engenheiras e das Agrônomas, assim como o combate ao feminicídio e aos assédios sexual e moral nos ambientes de trabalho e na sociedade;
18. Articular com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério das Mulheres a criação conjunta de um Observatório da Equidade na Engenharia, Agronomia e Geociências, com o objetivo de sistematizar e divulgar dados sobre desigualdade salarial, assédio moral e sexual, e sub-representação de grupos na liderança em setores de Engenharia, Agronomia e Geociências;
19. Defender políticas tributárias que respeitem a capacidade contributiva dos trabalhadores, especialmente a correção da defasagem acumulada da tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física, bem como a adoção de mecanismos permanentes de atualização;
20. Apoiar e acompanhar o Projeto de Lei de Érica Kokay n. 3.118/2023, que propõe caracterizar as atividades de engenheiros, arquitetos e agrônomos no serviço público como essenciais e exclusivas de Estado.

TEMA 2

POLÍTICAS PÚBLICAS

SUBTEMA 2.1

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA ALIMENTAR

1. Defender e promover a adoção do conceito de “Desenvolvimento Territorial Sustentável e Integrado” como referência para a formulação de políticas públicas, estudos, ações institucionais e posicionamentos técnicos, reconhecendo o território como unidade estratégica de planejamento, gestão e desenvolvimento;
2. Discutir formas de valorizar iniciativas, ações, empresas e estratégias relacionadas às boas práticas de sustentabilidade alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
3. Articular parcerias institucionais com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), universidades públicas e outras instituições de pesquisa para elaboração do “Caderno Nacional da Engenharia para a Transição Justa”, reunindo diagnósticos, experiências e recomendações sobre emergência climática, segurança alimentar e justiça socioambiental, incorporando transversalmente os recortes de gênero, raça e território;
4. Valorizar o papel dos profissionais nas soluções tecnológicas de enfrentamento à mudança climática, inclusive no âmbito do Plano Clima (Adaptação e Mitigação) do Governo Federal;

5. Articular com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec/MIDR) e o Ministério das Cidades a criação de uma Norma Técnica Brasileira (NBR) de emergência climática, específica para Planejamento, Projeto, Adaptação e Gestão de Abrigos Temporários em Situações de Desastre Climático;
6. Participar e interagir com os programas governamentais visando à consolidação de políticas de Estado condizentes com o desafio da promoção da segurança alimentar, seguindo os princípios da agroecologia e do combate à mudança climática, de modo a perdurar nos sucessivos governos e com estrutura para atuação forte do serviço público;
7. Pautar junto aos Ministérios da Agricultura e Pecuária (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) a criação de um “Plano Nacional de Expansão da Infraestrutura de Armazenagem”, com o objetivo de contemplar: (i) redução do déficit técnico de silos no país, com aplicação de tecnologias que reduzam o desperdício de grãos e garantam a qualidade fitossanitária dos alimentos; (ii) a recomposição orgânica e o fortalecimento institucional da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), com a retomada imediata da Política de Estoques Públicos de abastecimento; (iii) Oferta de linhas de crédito subsidiadas e desburocratizadas (via BNDES e Banco do Brasil) voltadas especificamente para a construção de armazéns e silos de pequeno e médio porte nas propriedades de agricultores familiares e cooperativas; (iv) a contratação e a valorização dos Profissionais das Engenharias, Agronomia e Geociências nas fases de planejamento, construção e gestão técnica das unidades armazenadoras;

8. Articular com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o Ministério das Mulheres e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) o fomento aos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) como estratégia prioritária de certificação agroecológica acessível, com recorte de gênero e inclusão de pessoas com deficiência;
9. Envidar esforços de forma coordenada, em âmbito nacional e com os demais sindicatos, visando à aprovação de lei no Congresso Nacional que determine aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais a preferência à compra de alimentos produzidos e processados localmente para o abastecimento dos programas de alimentação escolar, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, redes de bancos de alimentos e demais programas de assistência e segurança alimentar;
10. Trabalhar projetos político-pedagógicos nas instituições de ensino para a formação de profissionais com capacidade de atuação sistêmica, eclética e holística na Política de Segurança Alimentar e Nutricional, seguindo os princípios da agroecologia e considerando os diversos elos do sistema alimentar, a exemplo dos Projetos de Extensão Curricular, com base nos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), da PUC-MG;
11. Lutar pela normatização e regulação dos projetos de energia eólica de forma a estabelecer um recuo e um distanciamento mínimo obrigatório de cada aerogerador em relação a qualquer residência ou núcleo habitacional; determinar um raio mínimo da Área de Influência Direta (AID) socioambiental e territorial para comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pesqueiras); tornar obrigatória a realização de Consulta Prévia, Livre Informada e de Boa-Fé, sempre que as usinas interceptarem esse perímetro; garantir a realização de

Avaliações Ambientais Integradas (AAI) regionais rejeitando a aplicação automática de modalidades simplificadas ou por adesão para projetos de médio e grande porte;

12. Criar a Câmara Técnica de Energias Renováveis no âmbito da Fisenge, com o objetivo de monitorar os processos de licenciamento nos órgãos estaduais do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), padronizar termos de referência técnico-ambientais e dar suporte aos profissionais da linha de frente;
13. Lutar pelo fortalecimento dos órgãos ambientais por meio de concursos públicos e planos de carreira estruturados, garantindo que a responsabilidade técnica pelas análises permaneça sob o crivo rigoroso e independente das Engenharias, Agronomia e Geociências protegendo a categoria e a sociedade contra a privatização do controle ambiental;

TEMA 2

POLÍTICAS PÚBLICAS

SUBTEMA 2.2

DESENVOLVIMENTO E SOBERANIA

1. Replicar - a exemplo do “SOS Brasil Soberano” do SENGE-RJ - materiais de esclarecimento, vídeos e eventos, com a finalidade de compor uma pauta positiva de elucidação aos Engenheiros e à população em geral sobre a importância de debater e defender a soberania nacional, alertando sobre “deformas”, privatizações, políticas públicas, governo, relações internacionais etc.;
2. Intensificar a atuação na formulação e na defesa de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à soberania nacional, promovendo a valorização da Engenharia, Agronomia e Geociências como atividade estratégica para o crescimento econômico e social do País;
3. Fazer articulações estratégicas com setores progressistas da sociedade como parlamentares, Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e universidades públicas para formar massa crítica sobre os programas de desenvolvimento econômico do país;

4. Defender a ampliação da participação de empresas e profissionais brasileiros em projetos estratégicos, estimulando a produção nacional, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico;
5. Promover a retomada do planejamento de longo prazo nos âmbitos federal, estadual e municipal, com participação efetiva das entidades profissionais e da sociedade organizada;
6. Defender a retomada do controle estatal sobre recursos naturais estratégicos e ativos públicos privatizados, quando sua exploração comprometer a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e o interesse público;
7. Lutar pela reestatização de empresas que prestam serviços essenciais e que garantem o acesso a esses serviços, com prioridade na primarização dos trabalhadores destas e de outras estatais, assegurando acúmulo e desenvolvimento de conhecimento técnico pelo Estado;
8. Envidar esforços de forma coordenada - em âmbito nacional e conjuntamente com os demais sindicatos - visando à aprovação de lei no Congresso Nacional a ser aplicada às atividades de mineração e extração de petróleo em território nacional, estabelecendo um determinado percentual dos tributos a ser destinado ao Fundo Soberano do Povo Brasileiro;
9. Defender políticas públicas que fortaleçam a indústria e a engenharia, priorizando a participação de empresas, profissionais e tecnologias nacionais em obras de infraestrutura, energia, saneamento e mobilidade e estimulando a produção de equipamentos, materiais e soluções tecnológicas desenvolvidas no Brasil;

10. Participar do Fórum da Engenharia Nacional e dos fóruns regionais, integrando-se de forma ativa como opção política e apoiando a luta pela reindustrialização do País;
11. Intensificar a utilização dos meios de comunicação dos sindicatos da FISENGE e promover publicações, campanhas e ações de conscientização que evidenciem o papel estratégico da Engenharia, Agronomia e Geociências e dos Engenheiros e Engenheiras no processo de reindustrialização do Brasil e na retomada de um projeto nacional de desenvolvimento;
12. Lutar pela ampliação dos investimentos públicos e privados em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e formação de recursos humanos, visando aumentar a competitividade e a soberania nacional;
13. Atuar junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional para a intensificação dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, reforçando o papel do Estado por meio de instituições existentes (Embrapa/ANATER, FINEP, CENPES-Petrobras) e da criação de outras em áreas estratégicas da Engenharia como o CEPEL;
14. Defender a criação ou o fortalecimento de empresa estatal voltada à pesquisa, exploração, beneficiamento e gestão estratégica das terras raras, com a finalidade de garantir a soberania nacional, agregar valor à produção mineral e impulsionar o desenvolvimento tecnológico e industrial do país;
15. Atuar junto ao Governo Federal, Congresso Nacional e demais órgãos competentes para defender a regulamentação das plataformas de Inteligência Artificial, garantindo que seu desenvolvimento e utilização ocorram em benefício da socie-

dade, da soberania nacional, da valorização profissional e da proteção dos trabalhadores;

16. Propor a criação de um Programa Nacional de Cooperativismo Industrial e Tecnológico, destinado à criação, fortalecimento e financiamento de cooperativas de produção nos setores estratégicos da indústria, engenharia, inovação e tecnologia. O programa deverá contar com apoio técnico, linhas de crédito específicas e mecanismos de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, promovendo a participação de engenheiros, técnicos, pesquisadores e trabalhadores na gestão dos empreendimentos cooperativos;
17. Defender a retomada urgente da “Política de Software Livre”, restabelecendo o Software Livre e de código aberto como prioridade estratégica na administração pública, promovendo a autonomia tecnológica e o desenvolvimento social, inclusive nas aplicações de inteligência artificial com forte regulação da mesma;
18. Construir uma Agenda Permanente da Engenharia, Agronomia e Geociências, reunindo entidades profissionais, universidades, setor produtivo e poder público, com foco no desenvolvimento sustentável, soberano e socialmente inclusivo do Brasil;
19. Que a FISENGE publique, antes do 15º Consenge, um caderno com todas as propostas do 14º CONSENGE com os resultados dos encaminhamentos de cada uma delas.

MOÇÕES

Moção de Apoio: Os delegados do 14º CONSENTE, reunidos de 26 a 29 de agosto de 2026, manifestam seu apoio integral à realização pelo Governo do Brasil, da 1ª Conferência Nacional da Engenharia.

De aplauso. Ao Prefeito Municipal de Porto Velho, Leo Moraes, pelo cumprimento de promessa de campanha de tornar nulo o ato do prefeito anterior, ou seja, retornar os cargos de Engenheiros, Agrônomos, Arquitetos e Profissionais das Geociências aos quadros do Município de Porto Velho, por meio de força de lei, para que a sociedade portovelhense possa ter acesso a serviços públicos de qualidade.

De repúdio. Ao Governador do Estado de Rondônia, Marcos Rocha, que durante os oito anos de seu governo, manteve os salários dos Engenheiros, Agrônomos, Arquitetos e Profissionais das Geociências “congelados” sem ao menos a reposição da inflação do período. Embora durante todos esses longos anos, o Sindicato tenha envidado todos os esforços possíveis junto ao Executivo Estadual, o Governo manteve-se no mais absoluto e covarde silêncio, demonstrando de forma cabal sua indiferença aos servidores, muito embora o Estado tenha aumentado o Orçamento anual de R\$ 7 bilhões para mais de R\$ 18,5 bilhões no período, tenha aumentado o ICMS em 2% passando de 17,5% para 19,5%, tenha aumentado os cargos comissionados, a exemplo da Casa Civil, de 156 para mais de 560 cargos em sua gestão, tenha aumentado seu próprio salário que, inicialmente, era de R\$ 25.322,25, passando para R\$ 36.462,22, tenha tornado regra os concursos emergenciais, abdicando dos concursos regulares as secretarias e autarquias, dessa

forma desestruturando o Quadro de Servidores do Estado, portanto, deixando um grande legado de desestruturação do Estado e completa indiferença aos Servidores Públicos.

De apoio. Ao Movimento de Valorização dos Engenheiros e Arquitetos, Servidores da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, atualmente no estágio de indicativo de greve.

De apelo e posicionamento. Ao Futuro Governo Federal e Congresso Nacional, pela defesa da revogação integral da reforma trabalhista de 2017, a garantia da ultratividade e a retomada das Diretrizes Democráticas da Reforma Sindical do Fórum Nacional do Trabalho (2003).

CONSIDERANDO que a aprovação da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) impôs um severo retrocesso social e institucional, fragilizando a rede de proteção social, a negociação coletiva e a sustentabilidade das entidades de representação dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que a revogação do princípio da ultratividade dos acordos e convenções coletivas pela reforma de 2017 gerou desequilíbrio estrutural nas negociações, deixando categorias inteiras desprotegidas ao fim de cada vigência contratual e estimulando a perda contínua de conquistas históricas;

CONSIDERANDO a necessidade de resgatar o processo de conciliação social promovido no início do primeiro mandato do Governo Lula (2003), por meio do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que buscou construir de forma democrática e tripartite as bases para uma verdadeira reforma sindical pautada na autonomia, na representatividade e no fortalecimento da negociação coletiva;

CONSIDERANDO que o desenvolvimento soberano e sustentável do país exige engenharia forte, trabalho valorizado e instituições representativas dotadas de sustentabilidade e capacidade real de articulação;

**OS DELEGADOS E DELEGADAS REUNIDOS NO
14º CONSENTE APROVAM A PRESENTE MOÇÃO
PARA REQUERER:**

- Revogação Integral dos Retrocessos da Reforma de 2017 com a anulação imediata dos dispositivos da Lei nº 13.467/2017 que retiraram direitos históricos e desestruturaram a representação sindical;
- Garantia Expressa da Ultratividade: a restauração do princípio da ultratividade das normas coletivas de trabalho, assegurando que as cláusulas de convenções e acordos coletivos permaneçam vigentes até que um novo texto seja pactuado entre as partes, impedindo o "vazio normativo" na data-base;
- Retomada dos Debates do Fórum Nacional do Trabalho (2003): o compromisso do futuro Governo Federal em resgatar o acúmulo das discussões democráticas e tripartites iniciadas em 2003, adaptando suas diretrizes aos desafios atuais do mundo do trabalho para promover uma Reforma Sindical que garanta: autonomia e sustentabilidade financeira democrática das entidades, com financiamento aprovado e regulado pelas próprias assembleias das categorias; fortalecimento da negociação coletiva com real paridade de forças entre capital e trabalho; combate à precarização, à informalidade e à pejetização desenfreada na engenharia e nas demais categorias profissionais; organização no local de trabalho (OLT) e ampliação da representatividade sindical; e diálogo social Tripartite por meio da reinstalação imediata de espaços permanentes de negociação entre governo, classe trabalhadora e setor patronal.

Brasília/DF,

14º Congresso Nacional dos Sindicatos de Engenheiros.

*Em defesa da ultratividade, da Engenharia e
da Democracia Sindical!*

SINDICATOS FILIADOS

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

E-mail: senge@sengeba.org.br

Instagram: @sengeba

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

E-mail: senge-es@senge-es.org.br

Instagram: @senge.es

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

E-mail: sengemg@sengemg.com.br

Instagram: @sengemg

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

E-mail: comunicacao.sengepe@gmail.com

Instagram: @senge.pe

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA

E-mail: secretariajp@sengepb.com.br

Instagram: @sengepb

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA

E-mail: sengero@senge-ro.org.br

Instagram: @senge_rondonia

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

E-mail: secretaria@sengerj2.org.br

Instagram: @senge.rj

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NA CIDADE DE VOLTA REDONDA (RJ)**

E-mail: senge-vr@senge-vr.org.br

Instagram: @senge_vr

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DE SERGIPE**

E-mail: sengese@sengese.org.br

Instagram: @senge_sergipe

**SEA-RN - SINDICATO DOS ENGENHEIROS
AGRONOMOS DO RIO GRANDE DO NORTE**

E-mail: contato@searn.org.br

Instagram: @searnsindicato

**SEAGRO-SC - SINDICATO DOS ENGENHEIROS
AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA**

E-mail: seagro@seagro-sc.org.br

Instagram: @seagro.sc

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO PARANÁ**

E-mail: senge-pr@senge-pr.org.br

Instagram: @senge.pr



Financiamento de projetos de inovação para empresas brasileiras

Taxas e condições* a partir de:

Taxas a partir de TR + 2% a.a.

Participação da Finep Até 100%**

Até 48 meses de carência

Até 192 meses para pagar

Confira todas as nossas oportunidades de apoio:

finep.gov.br



* Variam de acordo com a linha de ação na qual o projeto for enquadrado

** Para projetos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





CUIDAMOS DE QUEM, CONSTRÓI *o Brasil*

Enquanto você projeta o desenvolvimento do Brasil, a **Mútua** projeta o seu bem-estar, segurança, saúde e suporte financeiro para que você tenha tranquilidade para inovar.



Associe-se

Aproveite todos os benefícios que a Mútua tem a te oferecer.

 mutua.com.br

 [mutuadeassistencia](https://www.instagram.com/mutuadeassistencia)

 61 3348-0265

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia



CREA
Conselhos Regionais de Engenharia
e Agronomia



mútua
Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea





@fisengefederacao

REALIZAÇÃO



APOIO



PATROCÍNIO

